

**POLÍTICA DE CONFLITO DE INTERESSES DA  
BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**

**1. Objetivo**

1.1. A presente política define as regras relacionadas a conflitos de interesses, a fim de garantir que os interesses institucionais da BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. não sejam afetados por interesses pessoais, bem como para assegurar que a atuação da Companhia esteja em conformidade com a legislação aplicável.

**2. Definições**

2.1. Conflito de Interesses: é a situação gerada pela colidência entre interesses diferentes e que possa comprometer os objetivos da BASIS, seu patrimônio, sua imagem ou sua boa relação com organizações públicas ou privadas, com as quais esta Companhia mantenha ou pretenda manter qualquer tipo de vínculo, ou, ainda, uma situação passível de violar a legislação sobre a matéria na esfera pública (Lei n. 12.813/2012 ou legislação superveniente).

2.2. Integrante do corpo funcional da BASIS: são todos aqueles que atuam em nome da BASIS, incluindo colaboradores com atividade interna e externa de qualquer nível, prepostos, acionistas, diretores, conselheiros e administradores.

2.3. Terceiros: são todas as pessoas físicas ou jurídicas que mantenham vínculo de qualquer natureza com a BASIS, que não de natureza trabalhista.

**3. Hipóteses teóricas de conflito de interesses**

3.1. O conflito de interesses pode se manifestar de três formas precípuas:

- a) Na relação entre a BASIS e seus integrante do seu corpo funcional;
- b) Na relação entre a BASIS e terceiros; e
- c) Na relação entre a BASIS e a Administração Pública.

### 3.2. O conflito de interesses pode ser:

- a) Potencial, quando a colidência entre situações não tiver se concretizado e puder ser evitada; ou
- b) Real, quando a colidência entre situações já tiver se concretizado, mas os seus efeitos puderem ser mitigados ou remediados.

## 4. Categoria de conflito de interesses na relação entre a BASIS e integrante do seu corpo funcional

4.1. O conflito de interesses na relação entre integrante do corpo funcional, incluídos os integrantes da Alta Administração e a BASIS, ocorre quando este usar sua influência ou de suas relações para praticar atos no intuito de privilegiar interesses próprios ou de terceiros, que se contraponham aos interesses da Companhia ou que possam causar danos ou prejuízos a essa organização.

4.2. Pode, também, caracterizar conflito de interesses qualquer situação capaz de influenciar, de maneira imprópria, o desempenho das atividades do integrante do corpo funcional da BASIS, independentemente de lesão direta ao patrimônio da BASIS.

4.3. O integrante do corpo funcional da BASIS que tiver interesse pessoal em algum assunto posto à sua decisão, no âmbito da BASIS, deverá se declarar impedido, comunicando ao Comitê de Ética e *Compliance*.

4.4. Os colaboradores da BASIS, quando do ingresso nos quadros desta Companhia, ou a qualquer tempo quando ocorrer situação superveniente, deverão:

- a) Informar a instauração de eventual investigação, processos de natureza criminal, cíveis ou administrativos de responsabilização, em seu desfavor, por ato contra a Administração Pública;
- b) Informar à área de gestão de pessoas se mantém ou pretendem manter outra atividade profissional, remunerada ou não, em caráter eventual ou permanente, ainda que fora do horário de trabalho, e mesmo de caráter assistencial ou filantrópico, inclusive de para fins acadêmicos (docência);

4.5. Cada situação será particularmente analisada pelo Comitê de Ética e *Compliance*, o qual poderá entender pela inexistência de conflito de interesse ou pela ausência de prejuízos para a BASIS.

4.5.1. Poderão em qualquer hipótese ser adotadas medidas mitigatórias ou remediadoras, quando couber, sempre de forma justificada.

4.6. Em processo seletivo na BASIS, o responsável pela seleção de pessoal deverá comunicar ao Comitê de Ética e *Compliance* eventual participação de candidato com o qual mantenha relação de parentesco, para fins de avaliação da necessidade de seu afastamento do processo.

4.7. Os integrantes do corpo funcional da BASIS deverão ser treinados permanentemente para que reportem ao Comitê de Ética e *Compliance* qualquer situação, potencial ou real, que possa configurar conflito de interesses.

## **5. Categoria de conflito de interesses na relação entre a BASIS e terceiros**

5.1. O conflito de interesses nessa relação ocorrerá quando os terceiros atuarem com o intuito de privilegiar interesses próprios, de natureza individual, particular ou de determinada organização, que se contraponham aos interesses da BASIS, ou lhe possam causar danos ou prejuízos a esta Companhia.

5.2. A BASIS orientará os integrantes do seu corpo funcional para que informem ao Comitê de Ética e *Compliance* relação de amizade ou de parentesco com terceiros que mantenham qualquer tipo de relação com esta Companhia, inclusive de forma antecedente a qualquer contratação, sempre que possível.

5.3. Cada situação será particularmente avaliada pelo Comitê de Ética e *Compliance*, o qual poderá entender pela inexistência de conflito de interesse ou pela ausência de prejuízos para a BASIS.

## **6. Categoria de conflito de interesses na a relação entre a BASIS e a Administração Pública**

6.1. A BASIS deve observar o disposto na Lei n. 12.813, de 16 de maio de 2013, a fim de evitar a colisão entre interesses públicos e privados.

6.2. Fica automaticamente incorporada a esta Política de Conflito de Interesses as supervenientes alterações na Lei n. 12.813, de 16 de maio de 2013.

6.3. A BASIS observará as normas aplicáveis à Administração Pública como forma de prevenir e reprimir conflitos de interesse, dentre outras hipóteses, na contratação de consultoria de agente público, ou ex-agente público em quarentena, cujas decisões ou relações possam influenciar nos interesses da Companhia e de seus parceiros institucionais.

6.4. A BASIS não pode se valer do uso de informação privilegiada de agente ou ex-agente público.

6.5. Na contratação de novo integrante para o seu corpo funcional, a BASIS deverá averiguar se o candidato é ou foi agente público ou se possui relações de parentesco com agente público cujas decisões possam afetar, direta ou indiretamente, os interesses desta Companhia.

6.6. Em aquisições de bens ou serviços de qualquer natureza, a BASIS deverá verificar se o possível contratado é agente público ou está em quarentena, assim como se possui relações de parentesco com algum agente público ou ex-agente público cujas decisões ou relações possam afetar, direta ou indiretamente, os interesses da BASIS.

6.6.1. As disposições deste item se aplicam também à contratação de pessoas jurídicas que possuam em seus quadros agente público ou ex-agente público em quarentena ou, ainda, pessoa que possua relações de parentesco com algum agente público cujas decisões ou relações possam afetar, direta ou indiretamente, os interesses da BASIS.

## **7. Responsabilidade para decidir sobre conflitos de interesses**

7.1. Nem toda situação que configure conflito de interesses, potencial ou real, acarreta necessariamente prejuízo à BASIS, devendo-se, portanto, analisar as situações com base nas peculiaridades de cada caso.

7.2. Tendo em vista a impossibilidade de previsão de todos os potenciais conflitos de interesses que possam surgir das relações que envolvam a BASIS, competirá ao Comitê de Ética e *Compliance*, em última instância, a definição e a decisão sobre os casos que envolvam conflitos de interesses, potenciais ou reais.

## **8. Outras disposições**

8.1. Todo conflito de interesses, potencial ou real, deverá ser informado ao Comitê de Ética e *Compliance*.

8.2. Nem todo o conflito de interesses será considerado uma violação à legislação/normas internas da BASIS ou será passível de ser solucionado, mas a omissão de informação será considerada uma violação ética.

8.3. Nas situações em que o integrante do corpo funcional da BASIS tenha dificuldade em analisar se a situação à qual está exposto caracteriza ou não um conflito de interesses, deverá ser consultado o Comitê de Ética e *Compliance*.

## **9. Informações confidenciais e *insider trading***

9.1. É vedado aos integrantes da BASIS revelar ou utilizar informações sigilosas para obter qualquer vantagem ou para propósito diferente daquele para o qual elas foram produzidas.

9.2. A divulgação de informações sigilosas poderá acarretar responsabilização civil e criminal.

## 10. Dúvidas e denúncias

10.1. A BASIS dará ampla divulgação dos meios pelos quais possam ser encaminhadas dúvidas ou denúncias.

10.2. Em casos de dúvidas, os integrantes do corpo funcional da BASIS são encorajados a formular perguntas relacionadas às políticas de Conduta e Ética dirigidas ao Comitê de Ética e *Compliance* ou, ainda, acessando link de internet a ser disponibilizado para acesso geral.